

MARIELLE PRESENTE!:
**As redes sociais no marco de um ano da morte da
vereadora carioca ¹**

MARIELLE PRESENT!:
**The social networks within one year of the death of the
councilwoman of Rio de Janeiro**

Dulcilei da Conceição Lima²
Taís Silva Oliveira³

Resumo: *O artigo tem como objetivo mapear as conversas e grupos estabelecidos no marco de um ano do assassinato de Marielle Franco, ocorrido em 14 de março de 2018. Para tanto, utilizamos como metodologia a Análise de Redes Sociais na Internet na plataforma Twitter a partir das publicações com as hashtags #QuemMatouMarielle, #QuemMandouMatarMarielle, #MariellePresente, #MarielleFrancovive e #MarielleVive. Dessa maneira, buscamos compreender quais as pautas levantadas pelos usuários e quais grupos são identificados a partir da clusterização da rede. Na ocasião do fato, essas hashtags reuniram discussões, manifestações de condolência, cobrança por justiça e chegou ao primeiro lugar dos Trending Topics Mundial do Twitter no dia 15 de março de 2018. As mobilizações em torno do marco de um ano da morte da vereadora iniciaram dias antes com a convocação de atos, homenagens, filtros nas fotos de perfil no Facebook e ganhou corpo com as prisões de dois suspeitos. Observamos nesse contexto a estrutura e os atributos relacionais de tais manifestações. Obtemos como principais resultados uma rede extensa, descentralizada, com nós unilaterais e diversos clusters. Embora com nós pouco conectados, as conversas na rede se deram sob as mesmas pautas baseadas em uma única questão: quem mandou matar Marielle?*

Palavras-Chave: *Marielle Franco. Redes Sociais na Internet.
#QuemMandouMatarMarielle.*

Abstract: *The article aims to map the public discourse and groups which emerged on the one year anniversary of the murder of Marielle Franco, which occurred*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Cultura política, comportamento e opinião pública do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC. Pesquisadora em Ciências Sociais e Humanas no Centro de Pesquisa e Formação do SESC-SP. E-mail: dulcilima78@gmail.com

³ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais na Universidade Federal do ABC, linha de pesquisa Cultura, Comunicação e Dinâmica Social. E-mail: tais.oliveira@ufabc.edu.br

on March 14, 2018. For that, we applied Social Network Analysis methodology on the Twitter data from publications containing the hashtags #QuemMatouMarielle, #QuemMandouMatarMarielle, #MariellePresente, #MarielleFrancovive and #MarielleVive. The goal is to understand the issues raised by Twitter users and which groups are identified from the network clustering. At the time of the event, these hashtags brought together discussions, empathy, justice charges, and came to the top of the Twitter World Trending Topics on March 15, 2018. The online activism around the one-year mark of the town councilor's death began days before with the convening of acts, honors, filters in the profile photos on Facebook and gained momentum with the arrests of two suspects. We examined, in this context, the structure and relational attributes of such manifestations. We present as main results an extensive, decentralized network with unilateral nodes and diverse clusters. Although with poor connectivity, the controversies in the network focused on the same few issues based on a single question: who killed Marielle?

Keywords: *Marielle Franco. Social Network in the Internet. #QuemMndouMatarMarielle.*

1. Introdução

Marielle Franco, auto-identificada como mulher negra, bissexual e “cria da maré” foi eleita vereadora pelo PSOL no pleito de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. Sua eleição é parte do fenômeno “Primavera Feminista” de 2015 que levou às câmaras de quatro grandes capitais brasileiras mulheres feministas, cujas campanhas tiveram forte articulação com os ciberativismos (LIMA et al, 2018). Corresponde ainda a um momento de expansão do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) ao qual era filiada. Em 14 março de 2018, a vereadora foi morta a tiros numa emboscada após sair de um evento na Casa das Pretas no bairro da Lapa, Rio de Janeiro. Marielle estava acompanhada de uma assessora e de seu motorista, Anderson Gomes, que também foi alvejado e morto pelos disparos. Em 12 de março de 2019, dois dias antes de completar um ano do assassinato da vereadora carioca, dois ex-PM ligados às milícias cariocas foram presos acusados de executar o crime.

Marielle tinha 39 anos, era socióloga formada pela PUC Rio e mestra em Administração Pública pela UFF onde defendeu, em 2014, a dissertação “UPP - a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Rio de Janeiro” (CARBONARI, 2018; CALEGARI, 2018; FRANCO, 2014). Dedicava-se à melhoria das condições de vida da população negra e periférica. Questionava as

ações do Estado, a escassez ou ineficiência das políticas públicas destinadas a essa população, bem como os excessos cometidos por policiais nas comunidades cariocas que tem como umas das consequências mais perversas o extermínio da juventude negra. A investida contra o narcotráfico é hoje o principal fator de criminalização de jovens negros e periféricos e tem sido frequentemente utilizado como justificativa para as mortes violentas decorrentes de ações policiais nas favelas do Rio. Conforme Juliana Borges (2018),

A guerra às drogas, na verdade, abre uma era de criminalização, militarização e punitivismo sem precedentes. É fundamental desmistificar o mercado das drogas e discutir que este mercado, na ilegalidade, vulnerabiliza vidas, estabelece uma dinâmica policial e de maior insegurança nas comunidades afetadas, e inclusive, ameaça instituições e a própria democracia, já que para funcionar demandam um amplo nível de corrupção. A guerra às drogas é central no genocídio da população negra brasileira (BORGES, p. 105, 2018). A guerra às drogas, o encarceramento e o genocídio da população negra definitivamente são pautas prementes das mulheres negras. A construção do saber das mulheres negras, conforme apontam uma série de intelectuais negras como Angela Davis, Patricia Hill Collins, Sueli Carneiro, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento e tantas outras demonstra que a construção e a luta por igualdade das mulheres negras são marcos de melhoria na vida de toda a sociedade. Para as mulheres negras, o empoderamento necessariamente perpassa uma luta e ganhos coletivos, no qual “uma sobe e puxa a outra”, no qual todas subimos juntas e juntos em libertação. Neste sentido, discutir as condições de vida e de vulnerabilidade de nossas comunidades, de nossas mulheres mais invisibilizadas pelo sistema prisional deve ser uma de nossas pautas mais importantes. É esta engrenagem reordenada e reorganizada do racismo que continua a girar sob um novo marco, mais violento e que não visa apenas o controle sobre nós, mas nosso extermínio simbólico e físico (BORGES, p. 106, 2018).

Nos anos anteriores à sua eleição, foi assessora parlamentar de Marcelo Freixo (PSOL) na Alerj onde atuou na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, na Comissão de Defesa da Mulher e na CPI do tráfico de armas. Já como vereadora da Câmara, a defensora dos Direitos Humanos era relatora da comissão especial que fiscalizava a ação da intervenção federal nas favelas (CARBONARI, 2018). Durante sua atuação na Comissão de Direitos Humanos na Alerj, Marielle foi fundamental também no auxílio às famílias de policiais assassinados como testemunha o ex-comandante da Polícia Militar, Íbis Pereira: “Ela fazia essa ponte para que a comissão pudesse auxiliar as famílias. Um trabalho muito grande no amparo, procurando agilizar na recepção de proventos, benefícios

ou aposentadoria”⁴. A vereadora foi eleita com 46.502 votos, número que a surpreendeu. Em entrevista concedida a Raul Pimentel do Jornal da PUC em outubro de 2016, Marielle manifestou sua surpresa e contentamento com o resultado obtido:

– Nossa conta era de superar cerca de 6.000 ou 6.500 votos. Até o último minuto no sábado à noite a gente estava fazendo campanha. Fiquei muito feliz com essa votação expressiva porque eu acho que é uma resposta da cidade nas urnas para o que querem nos tirar, que é o debate das mulheres, da negritude e das favelas.

A morte de Marielle Franco gerou grande comoção e a partir das mídias sociais foram organizadas manifestações que reuniram milhares de pessoas nas ruas do Rio de Janeiro, São Paulo e outras cidades brasileiras.

Milhares de manifestantes foram às ruas no início da noite no Rio de Janeiro e em São Paulo para protestar contra o assassinato da vereadora carioca Marielle Franco (PSOL) e pedir justiça, investigação rápida e punição dos culpados, além de criticar a violência e a intervenção federal no estado. No Rio, os manifestantes se concentraram diante do Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), no fim da tarde e depois seguiram pela Avenida Rio Branco em direção à Cinelândia, na região central. Antes, o velório na sede da Câmara Municipal também reuniu uma multidão de manifestantes. Em São Paulo, os manifestantes se concentram na região próxima ao Museu de Arte de São Paulo (Masp), na Avenida Paulista, que teve as duas pistas interditadas em razão do protesto (Veja online, 15.03.2018).

As mobilizações nas ruas responderam aos chamados das pessoas nas mídias sociais através das hashtags e compartilhamentos de notícias sobre o caso. De acordo com Bastos e Guerra (2018, p.2), nas dezenove horas subsequentes ao crime “foram feitas 567,1 mil menções no Twitter” sobre o assassinato de Marielle Franco. A hashtag #mariellepresente chegou ao Trending Topics mundial do Twitter nesse mesmo período. A morte da parlamentar foi notícia em vários países. Órgãos internacionais que atuam com direitos humanos como a ONU, manifestaram condolências e repudiaram o crime.

⁴ Entrevista concedida a Gabriel Barreira para reportagem do G1 de 17 de março de 2018. “Mãe de policial assassinado relembra ajuda de Marielle Franco no caso: ‘Foi imbatível’”. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/mae-de-policial-assassinado-relembra-ajuda-de-marielle-franco-no-caso-foi-imbatiavel.ghtml>. Acesso em 24.mar.2019.

Nos meses após a morte da vereadora carioca, as hashtags seguiram sendo utilizadas para cobrar respostas do poder público sobre a autoria do crime e engrossar a narrativa de um legado de luta pelas mulheres, negros, lésbicas e grupos periféricos deixado pela socióloga. Um ano após sua morte, Marielle segue recebendo inúmeras homenagens no Brasil e no exterior.

2. Mulheres (negras) na política

A participação das mulheres nos quadros do poder político brasileiro segue ocupando uma das piores posições no cenário internacional. O número de eleitas na Câmara dos Deputados passou de 10% para 15% na última eleição, bem abaixo da média Latino Americana que é de 28,8%⁵. Apenas 21% das cadeiras parlamentares nacionais são ocupadas por mulheres (MIGUEL In: MIGUEL & BIROLI, 2014; BIROLI, 2018). São múltiplos os fatores que afastam as mulheres da política, a dupla jornada que as mantém como únicas responsáveis pelos afazeres domésticos e os filhos, mesmo quando possuem trabalho formal e são co-responsáveis pelo orçamento doméstico e “os padrões diferenciados de socialização de gênero e a construção social da política como esfera masculina” são alguns deles (MIGUEL In: MIGUEL & BIROLI, 2014, p. 94).

Desde a década de 1970 vários países vêm adotando cotas eleitorais de modo a corrigir a desigualdade de gênero em seus quadros políticos e o mesmo foi feito no Brasil com a aprovação da Lei das Eleições (nº 9.504/1997) que estabeleceu a reserva de 30% das candidaturas dos partidos para as mulheres.

A despeito da adoção de tais medidas, as mulheres que desejam se candidatar a um cargo político precisam superar obstáculos materiais, simbólicos e institucionais interpostos por um ambiente maciçamente misógino e que perpetua “os circuitos de exclusão” ainda mais inóspitos para mulheres oriundas das camadas populares, negras, indígenas e LGBTQIs (LIMA et al, 2018, p. 7).

Esta medida veio responder às interpelações das feministas ao estado brasileiro que desde a redemocratização adotaram como uma pauta prioritária do

⁵ RadioAgência Câmara dos Deputados, 08 de Out.2018. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materias/RADIOAGENCIA/564041-BANCADA-FEMININA-ALCANCA-MAIOR-PERCENTUAL-DE-DEPUTADAS-DOS-ULTIMOS-ANOS.html>

movimento “o problema da sub-representação das mulheres nas esferas de exercício do poder” (MIGUEL, 2014, p.94). A partir do entendimento de que também cabe ao Estado a adoção de práticas sociais, as ativistas exigiram que fossem criados mecanismos que oportunizassem o exercício dos direitos políticos das mulheres (BIROLI, 2018).

O feminismo negro se expande nesse mesmo período, entre as décadas de 1980 e 1990, dando origem a coletivos de mulheres negras por todo o país. Por ocasião da participação na III Conferência contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, Intolerância e Intolerâncias Correlatas em Durban (África do Sul) em 2001 foram realizadas uma série de debates e reuniões preparatórias em todo o território nacional. As resoluções extraídas desses encontros foram levadas para Durban, a participação na conferência marcou a “maturidade e a força do movimento de mulheres negras brasileiras no âmbito internacional” (RIOS, 2017; BRAZIL; SCHUMACHER, 2007, p. 374). Como desdobramento da Conferência de Durban, Edna Rolland, feminista negra, tornou-se a primeira brasileira a ocupar o posto de relatora da ONU, possibilitando assim o “estreitamento das relações políticas entre atores da sociedade civil e agentes do governo brasileiro” (RIOS, 2017, p. 244). Resultam dessa aproximação a criação de políticas públicas para a população afrobrasileira como as ações afirmativas, a Lei 10.639/03 e a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) que teve à sua frente as feministas negras Matilde Ribeiro, Luiza Bairros e Nilma Lino Gomes (RIOS, 2017; COSTA, 2017).

Os encontros preparatórios para Durban resultaram ainda na criação da Articulação das Organizações de Mulheres Negras Brasileiras - AMNB, organização promotora da I Marcha Nacional das Mulheres negras ocorrida em novembro de 2015⁶.

⁶ Em 25 de julho de 2014, Dia da Mulher Negra, Latina e Caribenha, o Comitê organizador da Marcha das Mulheres Negras publicou um manifesto com suas principais reivindicações. Alguns dos principais pontos se referiam ao fim do feminicídio (que atinge mais as mulheres negras), bem como a investigação e punição dos responsáveis por essas mortes e pelos casos não-letais de violência doméstica. Exigiu-se o fim da violência simbólica que resulta do racismo e sexismo veiculados pelos meios de comunicação. Foram destacados ainda, as práticas racistas e sexistas no ambiente de trabalho, as violências cometidas contra mulheres encarceradas e durante as revistas em presídios, reivindicou-se o acesso à saúde de qualidade e a penalização da discriminação no atendimento dos

Apesar de toda essa articulação, a presença de mulheres negras na política brasileira é ainda mais tímida que a de mulheres brancas. De acordo com o IBGE, as mulheres negras correspondem a menos de 1% dos parlamentares na Câmara dos Deputados (GANDRA, 2018). As barreiras de elegibilidade se impõem para as negras desde o momento do financiamento de campanha. As mulheres recebem menos apoio financeiro para suas campanhas eleitorais e dentre o conjunto de mulheres, as negras recebem valores ainda menores⁷.

O principal obstáculo que a gente enfrenta é a condição financeira. Fiz campanha com 70 mil reais de recursos partidários, enquanto via algumas concorrentes gastarem mais de 2 milhões e 300 mil”, afirma a vereadora de Ji-Paraná e deputada federal eleita por Rondônia, Sílvia Cristina, do PDT (MAZZA, 2018, Piauí online).

A popularização dos feminismos nas mídias sociais, incluindo o feminismo negro e a consequente ampliação de visibilidade das pautas defendidas por esses segmentos, seja nas redes - com a Primavera Feminista - ou nas ruas, em atos como as marchas contra Eduardo Cunha resultaram na articulação de candidaturas feministas nas eleições de 2016 e 2018 e eleição de algumas dessas candidatas que se valeram da internet para contornar o obstáculo da escassez de recursos financeiros para campanha (LIMA et al, 2018; COSTA, 2018).

No caso das mulheres negras não foi diferente. As possibilidades de articulação na internet foram fundamentais para o aumento de poder político dentro e fora dos circuitos feministas. Só no Rio de Janeiro, temos as campanhas para o cargo de vereador nas eleições de 2016 de Marielle Franco, brutalmente assassinada em 2018, e Talíria Petrone, do PSOL. Com escassos recursos financeiros, elas conseguiram resultados inesperados: Marielle foi a quinta candidatura mais votada no Rio de Janeiro, com 46.502 e Talíria se elegeu em primeiro lugar em Niterói. Segundo o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ao todo foram 329 vereadoras negras eleitas no Brasil em 2016. O debate encaminhado pelas feministas negras na política representativa trouxe para o campo das demandas feministas a interseção com o racismo (COSTA, 2018, p.57).

Matérias jornalísticas como “Efeito Marielle: mulheres negras entram na política por legado da vereadora” publicado em maio de 2018 pelo El País⁸, “Várias Marielles estão surgindo: mulheres negras buscam espaço no legislativo” publicado

serviços públicos. A regulamentação das terras quilombolas, a intolerância religiosa e o acesso efetivo à vida pública também foram pontos valorizados no manifesto (Manifesto da Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a violência e pelo Bem Viver. Fonte: Geledès).

⁷ Dados da plataforma “Mulheres negras decidem” da Rede Umunna. Disponível em: <http://mulheresnegrasdecidem.org/#diagnostico>. Acesso em 27.mar.2019.

⁸ Ver em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/30/politica/1527707445_080444.html.

em setembro de 2018 pelo Sul 21⁹, “Aumenta número de candidatas autodeclaradas pretas nesta eleição” publicada em setembro de 2018 pelo Metrôpoles¹⁰, atribuem o aumento de candidaturas de mulheres negras à indignação pela morte de Marielle Franco e ao desejo pela manutenção de seu legado. O aumento de candidaturas resultou na ampliação em 38% do número de mulheres negras eleitas no pleito de 2018 em comparação com as eleições de 2014. Na Câmara dos Deputados o percentual de negras hoje é de 2,5%. Apesar do relativo aumento, a desigualdade na representação de raça e gênero segue bastante alta nos quadros políticos brasileiros (MAZZA, 2018).

3. Ativismo Digital, Identidades e Disputa de Narrativas

Desde as jornadas de junho de 2013, manifestações de cunho político nas mídias sociais chamam a atenção de analistas e pesquisadores, especialmente de áreas da Comunicação e Ciências Sociais. Tal tendência se manteve nas eleições de 2014, no processo de impeachment da Presidenta Dilma Rousseff e no forte impacto de movimentos de direita como o Movimento Brasil Livre e Vem Pra Rua (PENTEADO & LERNER, 2018). Por outro lado, também vimos movimentações do campo da esquerda que exerceram forte pressão popular, como o Movimento Independente Mães de Maio, união de mães e familiares das vítimas diretas da violência estatal ocorrida no Estado de São Paulo em 2006 (SILVA & DARA, 2015), o caso de Rafael Braga, único preso em decorrência das jornadas de junho de 2013 por portar uma garrafa de produto para limpeza (OLIVEIRA & DOTTA & JACINO, 2017) ou o Movimento Secundarista entre os anos de 2015 e 2016, que lutava contra o fechamento de escolas estaduais. Após a execução de Marielle Franco, em março de 2018, o comportamento nas mídias sociais seguiu o mesmo padrão, como vimos brevemente na introdução deste texto.

Para Fonseca (2014), todo ativismo surge em decorrência de alguma insatisfação, necessidade coletiva/individual ou oportunidade de visibilidade a uma determinada causa, denúncia ou expressão de um grupo específico. As

⁹ Ver em: <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/09/varias-marielles-estao-surgindo-mulheres-negras-buscam-conquistar-espaco-no-legislativo/>.

¹⁰ Ver em: <https://www.metropoles.com/brasil/eleicoes-2018/aumenta-numero-de-candidatas-autodeclaradas-pretas-nesta-eleicao>.

manifestações de um grupo delimitado é o que Gohn (2017) apresenta como teoria das identidades, que são aspectos culturais adquiridos ou atribuídos a partir de diferentes tipos e pertencimento, que podem estar relacionados a um território, faixa etária, grupo étnico, grupos de interesse, entre outros. Para a autora existe entre esses grupos e os indivíduos uma relação de reflexividade, uma vez que os sujeitos constroem sentidos a partir das ações e demandas pautadas no agir coletivo. Esses grupos também podem ser formados, organizados ou apenas propagar discursos a partir das ferramentas da internet, como as plataformas de mídias sociais. Dessa forma, as plataformas proporcionam uma aproximação de grupos de atores sociais que aspiram mudanças na sociedade e que buscam resistir às instituições políticas quando essas se mostram “injustas, imorais e, em última instância, ilegítimas” (CASTELLS, 2009, p. 394, tradução nossa).

Para Lemos (2015), os acontecimentos em torno das novas tecnologias representam um movimento de transposição do qual há um fenômeno global e complexo de mudanças socioculturais, de novos modos de estabelecer relações sociais, da apropriação criativa de suas ferramentas e de agregações sociais auto organizadas no ambiente digital. Nesse cenário, a capacidade de replicar, dar visibilidade para determinadas mensagens e não outras faz com que as plataformas de mídias sociais sejam alçadas à posição de significativa relevância no debate público. Dessa forma, a reprodução de discursos, conflitos e propagação de temas emergentes é o que faz dessas ferramentas uma mídia importante na dinâmica dos fenômenos sociais (RECUERO & ZAGO & BASTOS, 2015).

Marielle Franco em sua última fala pública na Casa das Pretas no Rio de Janeiro deu ênfase à importância de tratar de problemas sociais e políticos entendendo o indivíduo em suas particularidades e em comunhão com os grupos com os quais se identifica. Para Ribeiro (2017), a hierarquia imposta a esses grupos faz com que suas produções intelectuais, saberes e vozes sejam tratadas de forma subalterna, os forçando a permanecer em lugares de silêncio. Isso não significa, porém, que esses grupos não promovam organizações políticas, culturais e intelectuais, o que realmente cria o tensionamento é o quanto essas produções são visíveis (RIBEIRO, 2017). Nesse ponto, acreditamos que a apropriação das mídias

sociais para propagar protestos, solidariedade e informações a respeito do assassinato de Marielle é uma forma de grupos subalternos romperem essa barreira do silêncio manifestando sua indignação, vivenciando um luto público e cobrando providências das autoridades policiais na resolução do caso.

A comoção que se deu por meio das mídias sociais pela morte de Marielle Franco foi fundamental para marcar sua importância e a dos segmentos que a vereadora representava (LGBTTQI, negros, mulheres, periféricos) no atual cenário, onde estes grupos têm reivindicado fortemente sua participação na esfera pública de debate, bem como a desestigmatização das diferenças raciais, sexuais, de gênero etc. Houve uma forte disputa simbólica entre grupos ideologicamente oponentes em torno da narrativa de vida e morte de Marielle. Surgiram inúmeras narrativas que visaram desqualificar a vereadora alegando que ela mantinha relações com o crime organizado, que defendia bandidos e que sua morte seria fruto dessas relações. Na lógica punitivista da sociedade brasileira, que se volta quase sempre contra negros e pobres, a morte violenta é justificável e portanto, não passível de lamentação (MARTINS, 1995). Conforme Butler (2015),

[...] grupos sociais subalternizados frequentemente não tem suas vidas “qualificadas como vidas” de acordo com os parâmetros definidos pelos grupos hegemônicos. Tais indivíduos não correspondem ao conjunto de normas que produz sujeitos reconhecíveis. De modo que, ainda que se apreenda como viva, “nem sempre é reconhecida como uma vida” (BUTLER, 2015, p.22). Uma vida enlutável, que terá sua perda lamentada e, portanto, será protegida e cuidada, é necessariamente, aquela que foi reconhecida como “vida”. Os grupos sociais simbolicamente exilados, os mesmos que estão à margem do poder político e econômico, não atendem às normas para serem qualificados como “vidas”. De modo que, a perda dessas vidas “não são objeto de lamentação, uma vez que, na lógica distorcida que racionaliza sua morte, a perda dessas populações é considerada necessária para proteger a vida dos vivos” (BUTLER, 2015, p. 53). Ainda na perspectiva de Butler (2015), sociedades racializadas produzem populações cujas vidas são enlutáveis e populações cujas vidas são consideradas “destrutíveis” e “não passíveis de luto”, essas últimas podem ser sacrificadas, pois na lógica do pensamento hegemônico representam ameaças a um determinado modo de vida (LIMA et al, 2017, p. 4).

Butler (2015) nomeia como “distribuição diferencial da condição de ser passível de luto” a comoção ou indiferença pública diante de casos como o de Marielle Franco.

As ferramentas de mídias sociais, apropriadas e manuseadas por coletividades subalternas, têm oferecido a esses segmentos não apenas maior e mais diversificado espaço de produção discursiva, mas também maior pluralidade de agentes sociais com potencial de “serem lidos, vistos e ouvidos” (LIMA et al, 2017, p.9). Dessa forma, tais grupos conseguem “gerar, compartilhar e dar visibilidade a perspectivas próprias sobre suas experiências de vida” e ainda agir no sentido de “manifestar sua contrariedade pelo modo como são comumente representados e contestar estereótipos e discursos que deformam” e os marcam negativamente (LIMA et, 2017, p.23).

As narrativas geradas e difundidas por tais grupos, correspondem ao que Stuart Hall chama, ao analisar os segmentos negros, de “estratégias de transcodificação”. Estratégias que consistem em disputar a representação racial, a partir da contestação dos estereótipos por meio da positivação da imagem e aspectos da subjetividade de pessoas negras e vêm sendo praticadas desde a década de 1960 “quando as questões de representação e poder adquiriram centralidade na política contra o racismo e em outros movimentos sociais” (HALL, 2016, p. 212).

As estratégias de transcodificação são potencializadas ao se imbricarem com as manifestações nas mídias sociais. A Análise de Redes Sociais na Internet, assim, foca o problema de como as estruturas sociais surgem, de que tipo são, como são compostas através da comunicação mediada pelo computador e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas. Para estudar essas redes, no entanto, é preciso também estudar seus elementos e seus processos dinâmicos. (RECUERO, 2009, p. 24). Portanto, ao compreender as redes sociais na internet também como formação de comunidades, entendemos que essas também representam a reunião de pessoas como uma estratégia de resistência (NOBLE & SENFT, 2013). Assim, o agrupamento ocorre a partir de uma identidade compartilhada e os membros das comunidades reivindicam inclusão e coletividade (BOYD, 2010).

Como vimos, grupos específicos e movimentos sociais têm usado a amplitude de possibilidades das plataformas de mídias sociais para disputar narrativas, e cada conversa nesse contexto está envolta de negociações de poder (FREELON; MCILWAIN; CLARK, 2018). Como afirma Ribeiro (2017) discutindo lugar de fala sobre pessoas negras, mas que cabe em qualquer outro grupo identitário minorizado “a reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida (RIBEIRO, p. 43, 2017).

4. Metodologia

Propomos uma metodologia de cunho qualitativo calcada nos métodos de Análise de Redes Sociais (RECUERO, BASTOS & ZAGO, 2015) aplicados nos Tweets coletados entre 12 de março de 2019 e 18 de março de 2019 sobre o marco de um ano do assassinato de Marielle Franco.

A Análise de Redes Sociais (ARS) traz uma abordagem estrutural que tem como objetivo compreender aspectos de grupos sociais a partir de suas conexões e relações entre os atores das conversas estabelecidas, da influência na difusão de informações e das dinâmicas nos processos sociais. A Análise de Redes Sociais utiliza, portanto, dados relacionais como laços, contatos e conexões para focar nos atributos que os relacionam. A ARS possui alguns elementos básicos que constituem sua maneira de interpretar os dados, como nós e arestas. O primeiro refere-se ao ator, indivíduo ou coletivo, que na análise de redes sociais na internet é representado por nicknames, perfis, textos, entre outros. Já as arestas representam a conexão entre os atores, aqui neste artigo trata-se das interações possíveis na plataforma Twitter, como menções e retweetes. A coleta aqui proposta refere-se a uma rede inteira, ou seja, coletamos dados de todos os usuários que utilizaram as hashtags dentro do período determinado, dessa forma poderemos observamos mais detalhadamente a sua estrutura.

Para tanto, o procedimento correspondente a esse método consiste em:

1. Definição de plataforma analisada;

2. Definição das hashtags para a base de coleta, sendo elas:
#QuemMatouMarielle, #QuemMandouMatarMarielle, #MariellePresente,
#MarielleFrancoVive #MarielleVive;
3. Configuração da ferramenta Netlytic (GRUZD, 2016) com as definições de plataforma de coleta, aplicação das hashtags, tempo de atualização de coleta e dias de execução dos parâmetros.

5. Apresentação e Análise dos Dados

Os Tweets coletados entre o dia 12¹¹ de março a 18 de março de 2019 geraram um total de 65.220 manifestações com 39.290 usuários únicos, tendo o pico de conteúdo no dia 14 de março de 2019, conforme gráfico 01 abaixo, dia do marco do um ano do assassinato de Marielle Franco.

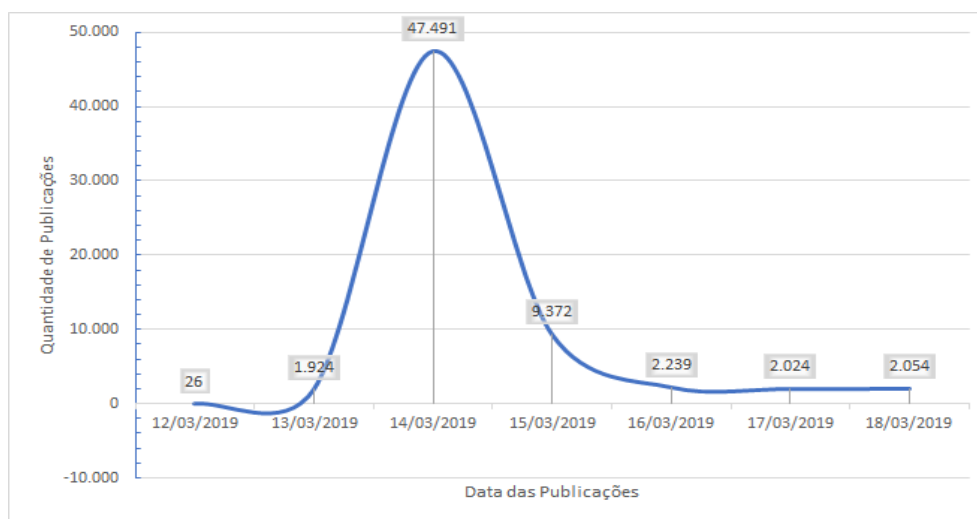


Gráfico 1: publicações por data | Fonte: as autoras

Rede a partir da métrica de perfil mais mencionado, layout DrL, nó por grau de entrada, ou seja, a quantidade de vezes que determinado ator foi mencionado; diâmetro: 26, essa medida sugere o tamanho da rede e a maior distância entre dois nós; densidade: 0.000161, essa métrica mede a proximidade possível entre os nós da rede, quanto mais próximos de 1 maior a velocidade do fluxo de informações, quanto mais próximo de 0 a conexão entre outros nós da rede é quase inexistente;

¹¹ A coleta do dia 12 foi apenas um piloto para teste da ferramenta, portanto seu corpus representa uma pequena parcela do todo.

reciprocidade: 0.006216, trata-se da proporção de laços recíprocos, quanto maior o número maior a existência de conversas bilaterais e menor representa conversas unilaterais, ou seja, sem ida e volta; centralização: 0.077560, quando o grau de centralização está mais próximo de 1 significa que alguns nós são centrais na discussão na rede, mais próximo de 0 significa que a rede é descentralizada e a informação circula mais livremente; e modularidade: 0.790500, a modularidade compreende verificar se os grupos (clusters) representam comunidades distintas na rede, valores altos significam divisões claras e valores baixos provavelmente tem um grupo central de nós. Dessa forma temos uma rede, conforme Imagem 01 abaixo, extensa e descentralizada, com pouca conexão entre os nós, com conversas unilaterais e com modularidade representativa, a princípio clusterizada em cinco grupos que serão melhor descritos abaixo.

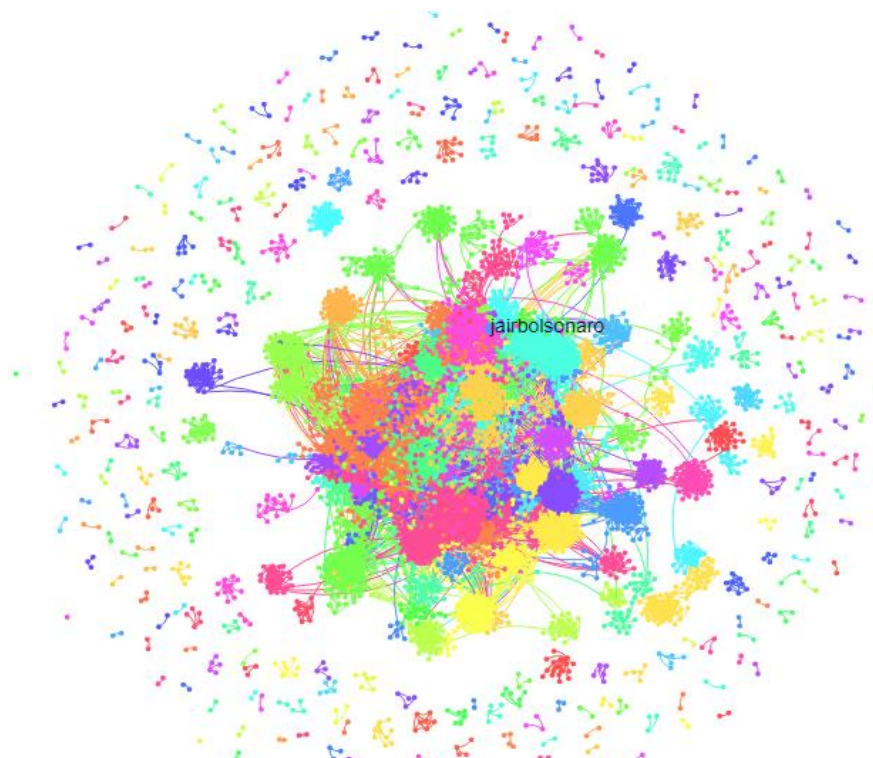


Figura 1: Rede Inteira | Fonte: as autoras

Cluster 01: A Família Bolsonaro — neste cluster encontramos como principal nó, a partir do grau de entrada, o perfil oficial do Presidente eleito Jair Bolsonaro

(@jairbolsonaro) com 1.507 de grau de entrada. Há ainda o perfil de seus filhos Eduardo Bolsonaro (@bolsonarosp) e Flávio Bolsonaro (@flaviobolsonaro) com 52 e 40 de grau de entrada respectivamente. Destacam-se ainda o perfil da Advogada mexicana-americana, feminista e ativista pelos Direitos Humanos na Anistia Erika Guevara-Rosas (@erikaguevarar) e o da Prefeita de Barcelona Ada Colau (@AdaColau) que ganhou diversos RT's com o conteúdo onde menciona o Presidente eleito Jair Bolsonaro dizendo que Marielle o tirará do poder. As conversas nesse cluster ficam por conta da cobrança de posicionamento do Presidente, comentários que afirmam que Flávio Bolsonaro foi o mandante do assassinato de Marielle e comentários para "lembrar" Eduardo Bolsonaro de quem foi Marielle Franco, pois o deputado afirmou dias antes que ninguém conhecia Marielle antes do assassinato¹².

Cluster 02: Os políticos e veículos de comunicação aliados — neste cluster temos como destaque por grau de entrada o perfil dos políticos colegas de partido de Marielle (PSOL), amigos pessoais e colegas de outros partidos. Encontramos nomes como Taliria Petrone (@taliriapetrone), Marcelo Freixo (@marcelofreixo), Aurea Carolina (@aureacarolinax) Benedita da Silva (@dasilvabenedita) e Ivan Moraes (@ivanmoraesfilho) com 277, 145, 69, 60 e 31 de grau de entrada respectivamente. Entre outros como Guilherme Boulos, Maria do Rosário, Jandira Feghali, Tabata Amaral e Renata Souza. Destacam-se ainda o veículo Midia Ninja (@midianinja) com 419 de grau de entrada e o fotógrafo responsável pelas principais fotografias de atos pró Marielle na cidade do Rio de Janeiro, Pedro Henrique Rocha (@pedhenrocha) com 112 de grau de entrada. Outros veículos também aparecem neste cluster como G1 e Brasil de Fato. Observamos ainda um pequeno cluster internacional encabeçado pelo perfil La Internacional Feminista (@NosotrasParamos). As conversas neste cluster permeiam homenagens à Marielle e cobranças sobre o desfecho do caso.

¹² Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/ninguem-conhecia-quem-era-marielle-franco-antes-de-ela-ter-sido-assassinada-diz-eduardo-bolsonaro-23517367.html>. Acesso em 01/04/2019

Cluster 03: A mídia, peculiaridades e controvérsias — o perfil que se destaca nesse cluster é do ator José de Abreu (@zehdeabreu) que recentemente se auto-proclamou Presidente da República por meio de sua conta no Twitter como uma forma de protesto e os usuários da plataforma aderiram ao ato, ele tem 326 de grau de entrada. Entre os mais mencionados também observamos perfis relacionados aos aparelhos do estado como o Ministério da Justiça e Segurança Pública (@JusticaGovBR). Neste cluster encontra-se o outro membro da família Bolsonaro, Carlos Bolsonaro (@carlosbolsonaro), mais veículos de comunicação como Uol Notícias, Folha, IG, Jornal Nacional, Rede Globo, Brasil 247 e Carta Capital. A controvérsia fica por conta do Vereador de São Paulo Fernando Holiday (@fernandoholiday) que se destaca no cluster com 54 de grau de entrada com um conteúdo que desmerece o pedido do Vereador Eduardo Suplicy para a nomeação de uma Praça com o nome de Marielle Franco, Holiday afirma que Marielle "foi uma vereadora extremista que defendia ideais perturbadores" (sic)¹³ a partir do seu Tweet ocorre uma extensa discussão sobre isso, todavia grande parte criticando a fala do Vereador.

Cluster 04: Marielle Presente — neste cluster temos quase uma rede de ego, ou seja, uma rede construída a partir de um único nó para observar suas conexões, em torno do perfil oficial de Marielle Franco (@mariellefranco) com 925 de grau de entrada. Aparecem ainda nesse cluster a filha de Marielle, Luyara Franco (@luyarafranco) com 40 de grau de entrada e um perfil homônimo (@marielle_franco), mas que não tem nada com o caso, provavelmente marcada por engano e ainda um pequeno cluster de jornais italianos liderado pelo Osservatorio Diritti (@osservadiritti). As conversas neste cluster representam diversas homenagens, citações de seus discursos, matérias especiais e também exigências de respostas com o mote "quem mandou matar Marielle?". Grande parte das citações à Luyara Franco são RT's dados à MTV que publicou a lembrança de seu discurso proferido em premiação do canal.

¹³ Disponível em: <https://twitter.com/FernandoHoliday/status/1106361271128150016>. Acesso em: 01/04/2019.

Cluster 05: Mônica Benício e os franceses — neste cluster encontram-se o perfil de Mônica Benício (@monica_benicio), a viúva de Marielle, com 506 de grau de entrada. A Prefeita de Paris Anne Hidalgo (@anne_hidalgo) com 68 de grau de entrada que junto com o perfil oficial de Paris (@paris) com 39 de grau de entrada e o perfil Autres Brésils (@autres_bresils) com 29 de grau de entrada formam uma pequena comunidade francesa no cluster. Aparece também o perfil do ex-Deputado Jean Willys (@jeanwyllys_real) com 60 de grau de entrada e de Anielle Franco (@anielle_franco), irmã de Marielle, com 16 de grau de entrada. As conversas em torno de Mônica Benício a mencionam em relação à homenagem que Marielle Franco recebeu nos Estados Unidos e ainda muitos RT's em seu único Tweet com o conteúdo minimalista “#QuemmandoumatarMarielle” acompanhado de uma ilustração¹⁴.

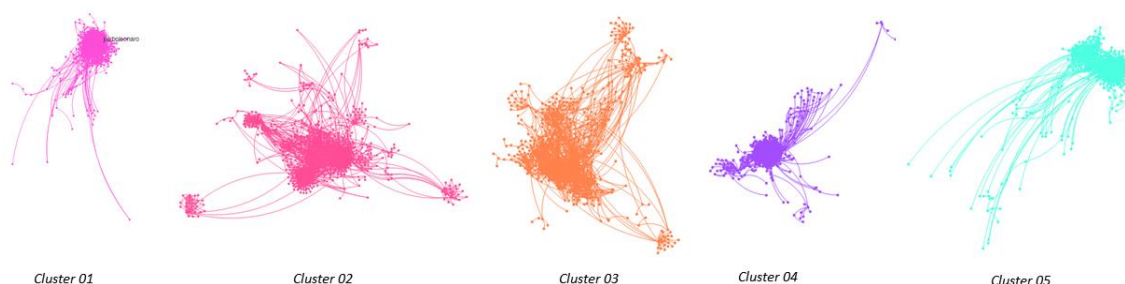


Figura 2: os cinco principais clusters | Fonte: as autoras

Nas comunidades menores podemos observar perfis com muitas menções como o ilustrador Ivanildo Soares (@loberoso), o fotógrafo Francisco Proner (@franciscoproner), o ilustrador Cristiano Ciqueira (@crisvector), o jornalista Yuri Eiras Pereira (@eirasyuri) do Intercept Brasil e o perfil Design Ativista (@designativista). As três comunidades estão bem próximas na rede, o que caracteriza o referenciamento de suas respectivas produções em relação à Marielle Franco. Com certa proximidade também observamos o perfil da Anistia Internacional

¹⁴ Disponível em: https://twitter.com/monica_benicio/status/1106202364351004673. Acesso em: 01/04/2019.

do Brasil (@anistiabrasil), de Jurema Werneck (@juremawerneck), atual diretora executiva da Anistia Internacional do Brasil e de Wilson Witzel (@wilsonwitzel) atual Governador do Estado do Rio de Janeiro, fato que se dá, provavelmente, pela cobrança feita pela Anistia do Brasil nas vésperas do dia 14 de março para que o Estado do Rio de Janeiro pressione as investigações. Há ainda um cluster em torno do Deputado David Miranda (@davidmirandario), outro em torno do PSOL (psol50, a reunião de brasileiros de esquerda em Buenos Aires em torno do Coletivo Passarinho (@passarinho_col) e o perfil oficial da CNN Chile (@cnnchile) que também cria sua comunidade somando-se aos diversos países representados nesta narrativa.

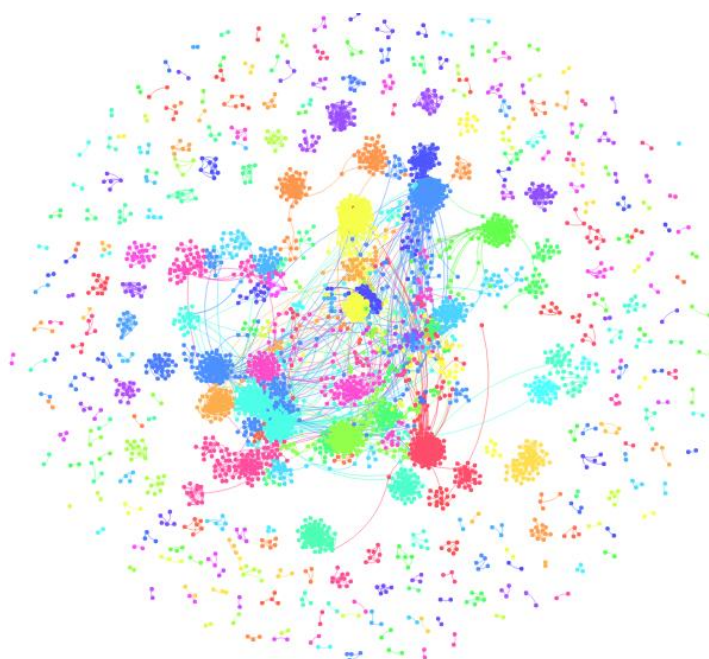


Figura 3: cluster de comunidades menores | Fonte: as autoras

De modo geral, as conversas giram em torno de homenagens, lembranças, materiais especiais, desde reportagens à ilustrações, e cobrança sobre resoluções do crime. Não há, de modo significativo, um grupo com discurso de ódio e nem a presença massiva de *bots*, embora estes existam na rede, mas não causam interferência na narrativa. O que mais se aproxima de um discurso negativo é o Tweet do Vereador Fernando Holiday, todavia grande parte das menções a partir

dele é de críticas ao seu conteúdo e não em concordância, conforme mencionado anteriormente.

6. Considerações Finais

Marielle Franco teve uma trajetória política muito breve, no entanto, marcante. Foi eleita com um número expressivo de votos, algo que surpreendeu a própria candidata. Tal votação expressa a trajetória de militância de Marielle junto à sua comunidade, bem como sua trajetória profissional na Alerj como assessora parlamentar de Marcelo Freixo (PSOL), por fim expressa os anseios dos grupos sociais que representava, mulheres, LGBTTTQIs, periféricos, negros de deixarem os espaços de invisibilidade aos quais estão tradicionalmente relegados e protagonizarem os espaços de decisão política.

Sua eleição foi um feito extraordinário num cenário onde ao lançarmos um olhar recortado por gênero, raça e classe vemos escancarar diante de nós as profundas desigualdades que persistem em nosso viciado sistema político que privilegia homens, brancos e classes abastadas ao, entre outros tantos fatores, distribuir desigualmente os recursos de campanha eleitoral. Tal feito foi possível graças, mas não somente, à utilização das redes sociais, das quais grupos subalternos têm feito uso bastante efetivo para colocar suas demandas na esfera pública de debate disputando narrativas que marcam suas existências.

A repercussão da morte de Marielle Franco extrapolou as fronteiras nacionais, alcançando organizações internacionais de direitos humanos como a ONU e a Anistia Internacional. Líderes políticos e ativistas de direitos humanos de todo o Brasil e de vários outros países se manifestaram lamentando a trágica morte da vereadora e cobrando apuração rápida do caso. No Brasil a reação foi imediata, com milhares de manifestantes nas ruas de várias cidades brasileiras, em especial Rio de Janeiro (cidade da vereadora) e São Paulo, expondo a indignação pelo assassinato de Marielle, vivenciando um luto público e exigindo do Estado brasileiro que os culpados fossem rapidamente identificados e punidos pelo crime.

No marco de um ano da morte de Marielle Franco a análise dos clusters obtidos de publicações feitas no Twitter revelou que órgãos de direitos humanos, veículos de comunicação e indivíduos de diversos países se manifestaram reproduzindo o que ocorreu no ano anterior quando a vereadora foi morta.

Embora não tenham surgido clusters específicos de mulheres ou mulheres negras, há nos cinco principais clusters números expressivos de mulheres e dentre elas, muitas que hoje ocupam cargos políticos demonstrando apoio e lembrando o importante papel de Marielle nas discussões institucionais, sobretudo as relacionadas às mulheres negras.

Os clusters se sobressaem com presença massiva de veículos midiáticos, outros tipos de produção comunicacional (como fotografias e ilustrações), menções a personalidades públicas, como políticos e ativistas. É possível perceber uma clusterização por região ou linguagem, como no caso de outros países que abordaram o assunto ou de brasileiros alocados, como no cluster do Coletivo Passarinho de Buenos Aires.

A família Bolsonaro recebe a maior quantidade de menções, até mais que a própria Marielle. Possivelmente em decorrência dos desdobramentos das investigações sobre o assassinato da vereadora que levaram à prisão de dois ex-PM, apontados como milicianos, dois dias antes do marco de um ano da morte de Marielle, sendo que um dos detidos residia no mesmo condomínio da família Bolsonaro. Matérias como a do El País¹⁵ (*O elo entre Flávio Bolsonaro e a milícia investigada pela morte de Marielle*) publicada em 22 de janeiro de 2019, já especulavam sobre as relações entre a família do presidente e a milícia carioca que estaria por trás desse homicídio. Dessa forma, acreditamos que as prisões e as especulações em decorrência que associavam a família Bolsonaro à morte de Marielle impactaram nas manifestações no marco de um ano, produzindo esse elevado número de menções observado no cluster.

¹⁵ Ver em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/22/politica/1548165508_401944.html

Referências Bibliográficas

- BASTOS, Fernanda; GUERRA, Laura. **Do acontecimento inesperado às ações conectivas: o impacto do assassinato de Marielle Franco**. Disponível em: https://inctdd.org/wp-content/uploads/2018/08/fernanda-bastos-e-laura-guerra_v_final.pdf. Acesso em 12 de mar.2019.
- BORGES, Juliana. **O que é encarceramento em massa?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.
- BOYD, Danah. Social network sites as networked publics: Affordances, dynamics, and implications. In: **A networked self**. Routledge, 2010. p. 47-66.
- BRAZIL, Érico Vital; SCHUMACHER, Schuma (org.). **Mulheres negras do Brasil**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2007.
- BUTLER, Judith. **Quadros de guerra. Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CALEGARI, Luiza. Quem era Marielle Franco, vereadora do PSOL, assinada no RJ. Revista Exame online, 15 mar.2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/quem-era-marielle-franco-vereadora-do-psol-assassinada-no-rj/>. Acesso em 12 mar.2019.
- CARBONARI, Pâmela. **Quem foi Marielle Franco, a vereadora executada no Rio**. Revista Superinteressante online, 15 mar.2018. Disponível em: <https://super.abril.com.br/sociedade/quem-foi-marielle-franco-a-vereadora-executada-no-rio/>
- CASTELLS, Manuel. **Comunicación y Poder**. Madrid: Alianza, 2009.
- DIÓGENES, Juliana. **Marielle chega ao 1º lugar nos trending topics mundial do twitter nesta quinta**. Jornal O Estado de São Paulo [online]. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,marielle-chega-ao-1-lugar-nos-trending-topics-mundial-do-twitter-nesta-quinta,70002228477>
- FONSECA, Lucas Milhomens. Ciberativismo na Amazônia: os desafios da militância digital na floresta. In SILVEIRA, Sérgio Amadeu da; BRAGA, Sérgio; PENTEADO, Cláudio (orgs). **Cultura, política e ativismo nas redes digitais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.
- FRANCO, Marielle. UPP - a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, UFF, 2014.
- FREELON, Deen; MCILWAIN, Charlton; CLARK, Meredith. Quantifying the power and consequences of social media protest. **New Media & Society**, v. 20, n. 3, p. 990-1011, 2018.
- GANDRA, Alana. **Mulheres negras se mobilizam para ampliar presença na política**. Agência Brasil, 25 jul.2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-07/mulheres-negras-se-mobilizam-para-ampliar-presenca-na-politica>. Acesso em 27 mar.2019.
- GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e Protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.
- GRUZD, A. **Netlytic: Software for Automated Text and Social Network Analysis [software]**. 2016.
- HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

LEMOS, André. **Cibercultura - Tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

LIMA, Dulcilei C.; SOUZA, Paulo Roberto Elias; HOMMA, Luana Hanaê Gabriel. **Narrativas mídias em disputa: Informação e contrainformação política no caso Claudia Silva Ferreira**. Anais 41º Anual da ANPOCS. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt17-21/10755-narrativas-midiaticas-em-disputa-informacao-e-contrainformacao-politica-no-caso-claudia-silva-ferreira/file>. Acesso em 30 mar.2019.

LIMA, Dulcilei C.; SOUZA, Paulo Roberto Elias; PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; HOMMA, Luana Hanaê Gabriel. **O efeito “primavera feminista” nas eleições municipais de São Paulo em 2016: candidaturas de feministas pelo PSOL**. Anais do 42º Encontro Anual da Anpocs. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/42-encontro-anual-da-anpocs/gt-31/gt11-16>. Acesso em 20.dez.2018.

OLIVEIRA, Taís; DOTTA, Silvia; JACINO, Ramatis. **Redes de Solidariedade e Indignação na Internet: o caso “Liberdade para Rafael Braga”**. *Anais do 40º Encontro do Intercom*. Curitiba, 2017.

MAZZA, Luigi. Mulher negra (não tão) presente. Piauí online, 12 nov. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/mulher-negra-nao-tao-presente/>. Acesso em 27 mar.2019.

MIGUEL, L. F. Gênero e representação política. In **Feminismo e política**. São Paulo, Boitempo, 2014.

NOBLE, Safiya U.; SENFT, Theresa. Race and social media. In: **The social media handbook**. Routledge, 2013. p. 115-133.

PENTEADO, Claudio Luis de Camargo; LERNER, Celina. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. **Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política**, Belo Horizonte, v. 10, n. 1, p. 12-24, abr. 2018.

PIMENTEL, Raul. **Nascida na Maré e formada na PUC-Rio, Marielle Franco é a 5ª vereadora mais bem votada**. Jornal da PUC, 21.10.2016. Disponível em: <http://jornaldapuc.vrc.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=4934&sid=47>. Acesso em 11.mar.2019

PORTAL G1 RIO. **O que se sabe sobre as mortes de Marielle Franco e Anderson Gomes**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/07/24/o-que-se-sabe-sobre-as-mortes-de-marielle-franco-e-anderson-gomes.ghtml>.

Acesso em 19.dez.2018.

PORTAL G1. Manifestantes protestam pelo país contra a morte de Marielle Franco. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/manifestantes-protestam-pelo-pais-contr-a-morte-de-marielle-franco.ghtml>. Acesso em 19.dez.2018.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

_____, Raquel; BASTOS, Marco & ZAGO, Gabriela. **Análise de redes para mídia social**. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIOS, Flavia. A cidadania imaginada pelas mulheres afro-brasileiras: da ditadura militar à democracia. In: **50 anos de Feminismo: Argentina, Brasil e Chile**. São Paulo: Edusp, 2017.

SILVA, Débora Maria da; DARA, Danilo. Mães e familiares de vítimas do Estado: a luta autônoma de quem sente na pele a violência policial. In KUCINSKI, Bernardo et al. **Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios para sua superação**. 1ª ed. São Paulo. Boitempo Editorial, 2015.

TEIXEIRA, Juliana Cotting; FREITAS, Gustavo da Silva; HENNING, Paula Corrêa. **Ocupações secundaristas através do facebook: Governamentalidade e heterotopia**. Aurora. Revista de Arte, Mídia e Política, [S.l.], v. 11, n. 33, p. 72-93, dez. 2018. ISSN 1982-6672. Disponível em: <<http://ken.pucsp.br/aurora/article/view/37160>>. Acesso em: 17 mar. 2019.

VEJA (Da Redação). **As notícias sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco**. 15.mar.2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/as-noticias-sobre-o-assassinato-da-vereadora-marielle-franco/>. Acesso em 12 mar.2019.